



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS

TAILANE FONSECA SANTOS

A construção de uma “África” que (não) é nossa: artigos científicos a respeito de um problema epistêmico

Brasília - DF
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS

TAILANE FONSECA SANTOS

A construção de uma “África” que (não) é nossa: artigos científicos a respeito de um problema epistêmico

Artigo apresentado como requisito parcial para Conclusão de Curso de Licenciatura em História do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Brasília - DF
2023

Resumo

Em pesquisa realizada anteriormente, sobre como a historiografia relatou o processo de sociabilidade dos escravizados trazidos para a América lusitana, muitas questões ainda ficaram para serem exploradas. Contudo, percebeu-se que diversos estereótipos pré-estabelecidos acerca das identidades africanas ainda permaneciam nas linhas dos artigos científicos que naquele momento foram analisados. Estereótipos esses totalmente rasos e que diminuía todo o continente a um significado: um espaço geográfico subdesenvolvido, fonte da mão de obra escrava e de exploração. Porém, daquela pesquisa, percebeu-se a necessidade de uma nova investigação, mudando, inclusive, seus referenciais. Com isso, outras, novas e diversificadas questões emergiram. Além de perguntas que ainda merecem melhores elucidações, tais como quem foram essas pessoas trazidas de África, ou quem foram os responsáveis por contar suas histórias, buscou-se neste artigo compreender a “organicidade historiográfica” na relação entre África e Brasil. De fato, após um cuidadoso levantamento em um total de 211 artigos científicos, apresenta-se números expressivos sobre revistas científicas, autores e autoras que se voltam para discussão sobre “África”, observando suas instituições de formação e seus referenciais teóricos. Neste arcabouço, problematiza-se, justamente, a “África” criada fora da “África” através dos artigos científicos acadêmicos.

Palavras-chave: América portuguesa; África; Historiografia.

Abstract

In previous research on how historiography reported the process of sociability of enslaved people brought to Lusitanian America, many questions remained to be explored. However, it was noticed that several pre-established stereotypes about African identities still remained in the lines of the scientific articles that were analyzed at that time. Stereotypes that are completely shallow and that reduce the entire continent to one meaning: an underdeveloped geographic space, source of slave labor and exploitation. However, from that research, the need for a new investigation was perceived, including changing its references. As a result, other, new and diverse issues emerged. In addition to questions that still deserve better elucidation, such as who were these people brought from Africa, or who were responsible for telling their stories, this article sought to understand the “historiographical organicity” in the relationship between Africa and Brazil. In fact, after a careful survey of a total of 211 scientific articles, expressive numbers are presented on scientific journals, authors and authors that focus on the discussion of “Africa”, observing their training institutions and their theoretical references. In this framework, the “Africa” created outside “Africa” through academic scientific articles is problematized.

Keywords: Portuguese America; Africa; Historiography.

Introdução

A constituição da História enquanto disciplina suscitou, ao longo dos séculos, uma constante discussão do ato de “se fazer História”, assim, um dos pontos centrais do ofício do historiador(a) é formulado pela tradição historiográfica de julgar cada época a partir de seus próprios valores, para não sermos levados ao anacronismo¹. Nesse sentido, viabilizar um discurso histórico é relevante para a historicidade social, bem como possibilita a visualização de determinadas “ondas historiográfica”. Ademais, o discurso histórico promove um direcionamento sobre como interpretar certos fatos e momentos. Esse direcionamento é motivado por questões muito distintas ao pesquisador(a), do mesmo modo que há uma série

¹ ARAUJO, Valdei Lopes. *Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma*. 2006. p. 80

de fatores que os levam a seguir um determinado tema.

Com isso em mente, este artigo foi elaborado a partir de uma série de questões pertinentes a mim, em conjunto com pontos, levantados com base em uma pesquisa que realizei anteriormente. A pesquisa anterior abordava sobre a sociabilidade escrava no período colonial, entre os séculos XVII e XVIII, assim como, a construção historiográfica sobre o assunto. Ao analisar tais redes de conexões entre os escravos na América portuguesa, a reflexão me chamou a atenção para que o ato de se manter vivo já se demonstrava como um fator de resistência naquele período. Porém, outras questões começaram a emergir: como a historiografia formulou as identidades dos povos trazidos de África? E mais, quem foram essas pessoas traficadas, de onde elas vieram e como isso se transformou em um aspecto classificador? Como a historiografia aborda esses povos e quem foram as pessoas responsáveis por construir tais narrativas? Todas essas questões, em seu bojo, conduzem para um denominador “comum”, ligadas a formulação do eurocentrismo², responsável por posicionar o continente africano em um espaço de inferioridade.

Nesse sentido, autores como Achille Mbembe³ e Aníbal Quijano⁴ explicam como o continente europeu se inseriu como a “terra natal da razão” e subjugou o continente africano e seus habitantes. Logo, estes últimos se tornaram, na visão eurocêntrica, o expoente da irracionalidade.

Tem-se, com isso, uma imposição epistemológica que justificou o “projeto civilizatório”⁵ que buscava conduzir esses “selvagens” à modernidade. A inferiorização era vista como natural, um “fardo” ao homem branco que buscava levar sua civilidade aos povos vistos por eles como “irracionais”. A escravidão, assim, justificada pela “animalidade”, foi responsável por subjugar-los e toda a concepção futura do negro colocada como inferior.

Criou-se, a partir dessa imposição epistêmica, “jogos de opostos”. Em que, diante do espaço de inferioridade de um, foi necessário que houvesse o outro, superior e detentor do correto saber, científico saber. Desse modo, o eurocentrismo impõe seu modelo de

² O eurocentrismo aqui é entendido a partir dos pensamentos de Aníbal Quijano e Achille Mbembe, que elucidam sobre como o conceito é entendido a partir de uma lógica macro, em que reformula um novo padrão de exploração mundial a partir do marco da colonização, e que coloca a Europa como modelo de civilização. Isso insere um novo padrão econômico, cultural e político, com o capitalismo emergente, e a classificação social da população a partir de raças. Desse modo, insere um padrão epistemológico hegemônico que seria transportado para além de seu berço, o período moderno. *Para mais ver:* Aníbal Quijano, em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. (2005); Achille Mbembe, em *A questão da raça. Efabulação e enclausuramento do espírito*. In: _____ *A Crítica da Razão Negra* (2014).

³ MBEMBE, Achille. *A questão da raça. Efabulação e enclausuramento do espírito*. In: _____ *A Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

⁴ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. 2005.

⁵ MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Orgs.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 393.

modernidade, sociedade, conhecimento, tecnologia, de corretas relações sociais e, conseqüentemente, formas de domínio.

O “lugar epistêmico” no qual o continente europeu se colocou, pressupôs a criação das categorias que classificavam os demais continentes, decorrente da serventia em uma lógica exploratória da colonização. Tais categorias, como elucidada Antônio Manuel Hespanha⁶, demarcavam normas e deveres em determinados estatutos que os encaixavam. Estatutos esses, que se modificam conforme seu lugar em uma hierarquia social e funcionavam a partir de enquadramentos que nós, historiadores, sistematizamos em classes.

É nesse papel ativo do historiador, em sua tentativa de retratar a realidade, que se pode observar a influência desse modelo de pensamento europeu para historiografia. Sobretudo com a profissionalização do saber histórico no século XIX. Por conseguinte, ao direcionar os olhares para o continente africano, o lugar epistêmico dessa historiografia foi hegemônico, principalmente ao “criar” um modelo interpretativo e um discurso histórico exógeno para “África”. A historiografia brasileira também participou na criação deste universo, como se verá no terço final deste artigo.

* * *

Neste sentido, o foco deste artigo é compreender questões acerca da construção historiográfica sobre como foi pensado o continente africano e, conseqüentemente, o escravo no período colonial brasileiro. A pesquisa e a análise foram formuladas a partir de uma investigação em um amplo banco de dados que mapeia os artigos científicos publicados na área de História.⁷ De 2001 a 2018, foram levantadas informações em 76 periódicos nacionais, constituindo um universo de mais de 19 mil artigos acadêmicos, dos quais o escopo do projeto se empenha em esquadriñar informações detalhadas de aproximadamente 2.500 artigos.

Para o artigo aqui apresentado, o levantamento feito selecionou 210 artigos deste banco de dados. Por meio da busca de palavras-chave nos títulos e resumos dos artigos científicos, tais como, África; africanos; africanas; Angola; Guiné; Senegal; Congo; constituiu-se um universo de artigos que promoviam a conexão entre África e a América portuguesa, bem como, noções que contextualizem diferentes aspectos das identidades africanas.

⁶ HESPANHA, Antônio. *Categorias, História dos Conceitos, História das Ideias, História dos Dogmas Jurídicos*. Porto Alegre: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS. 2018. p.10.

⁷ O projeto intitulado “Pesquisas em História Moderna e Colonial: uma análise de periódicos científicos (2001 - 2018)”, é encabeçada pelos professores doutores Jonas Wilson Pegoraro e Luiz César de Sá, ambos professores da Universidade de Brasília.

Com os artigos selecionados foi feito um exame de todos os autores dos artigos, bem como das referências bibliográficas utilizadas nos mesmos. Neste sentido, observou-se os locais de produção dessa temática no Brasil, autores que mais produziram sobre, além das referências mais citadas, o gênero, tanto dos autores quanto das referências bibliográficas, suas nacionalidades, entre outros recortes para analisar esse universo.

Com os dados apresentados, pretendo apresentar algumas problematizações. Em primeiro lugar, expor um debate historiográfico acerca das relações escravas/africanas na América Portuguesa, pensando os dados como um contraponto, argumento na criação de uma “África” fora do continente africano. Em segundo, reforçar o eurocentrismo como expoente do lugar de construção epistêmica para essa análise e, por fim, analisar como o continente africano foi subjulgado a um espaço geográfico de exploração.

Historiografia das relações escravas/africanas no Brasil colonial, um ponto de partida

No que tange prismas possíveis para análise da escravidão e suas possibilidades de análise, partiu-se do ponto de vista de Manolo Florentino⁸ para encaminhar o argumento deste artigo. No início do seu já clássico livro *Em costas negras*, Florentino argumenta serem insuficientes as explicações historiográficas até aquele momento para o fenômeno do tráfico escravagista para América lusitana. Com base nisso, o autor fez uma análise crítica da historiografia, referenciando clássicos da produção histórica sobre o tema, como Caio Prado e Celso Furtado. As concepções, até o momento que Florentino escrevia, na década de 1990, a respeito da escravidão para o período colonial assentava uma visão no “economicismo”, que reduz negros e negras escravizados a meros números em um sistema econômico vigente. Com a reflexão de Florentino, é possível afirmar, segundo a pesquisa de Wagner dos Santos⁹, que o autor sofre influência do giro historiográfico vigente no Brasil a partir da década de 1980. Naquele cenário, estabelecer um novo trato com a história se fazia necessário, assim Florentino observou o processo diaspórico para muito além do reducionismo econômico, propondo um olhar mais social, considerando os anseios e individualidades desses escravizados, para além de números que compõem um sistema econômico, se trata de um

⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 1997.

⁹ SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da Historiografia Brasileira Profissional, Acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. 2018, Recife: UFPE. (tese de doutorado)

“comércio de almas”.

Portanto, encontra-se na história da historiografia um bom ponto de partida para compreender temas amplos e observar como foram abordados/trabalhados pelos historiadores. Nesta visão, pode-se perceber condições de produção, continuidade e descontinuidade das perspectivas historiográficas, não estando a historiografia brasileira fora de “ondas” e “tendências”.¹⁰ Buscar entender essas transformações e seus impactos mostra-se, assim, necessário.

Wagner dos Santos compreende a história da historiografia como uma manifestação da “cultura histórica de uma dada época ou sociedade”, ou seja, ela é a fonte que nos permite refletir sobre os modelos e regras que governam a pesquisa e a escrita históricas.¹¹ Valdeci de Araujo complementa esta perspectiva, sugerindo que a história da historiografia pode ser entendida como uma investigação “das condições de produção, continuidade e descontinuidade da verdade histórica”.¹²

Neste sentido, para uma compreensão abrangente de um período é importante compreender a contribuição da historiografia ao longo do tempo, pois, isso revela como a história foi construída em relação a um assunto específico em um determinado tempo. Da mesma forma que é possível observar o que é perpetuado no discurso histórico e as transformações em sua forma de ser estudada. Em síntese dos autores, é nesse papel de compreender a construção do pensamento histórico, que a necessidade de direcionarmos nossos olhos para as primeiras ondas historiográficas mostra-se um ponto de partida ideal para podermos ver as influências nos estudos sobre as relações africanas.

A primeira onda da historiografia brasileira teve início no século XIX com a consolidação da academia. Contudo, foi um período marcado por intensas disputas políticas, em que diversos grupos lutavam pela aceitação de uma determinada “construção” do país, em um contexto nacionalista emergente¹³. Nesse cenário, obras como as de Von Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, foram paradigmáticas para a historiografia da época, ao manter-se relevantes mesmo após a virada do século. Em especial, a obra de Capistrano de Abreu, intitulada *Capítulos da História Colonial*, que se desviou da lógica predominante da História Geral, popular na época, ao criar paradigmas para uma História colonial propriamente dita. Tamanho foi o impacto de sua obra que, como afirmou Mattos, Capistrano foi “reivindicado como antecessor por quase toda a historiografia que se

¹⁰ ARAUJO. 2006. p. 78.

¹¹ SANTOS. 2018, p. 18

¹² ARAÚJO. 2006, p. 79

¹³ MATTOS, Hebe. *Colonização e escravidão no Brasil: Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. P. 32-82.

lhe seguiu, seja considerada tradicional ou revisionista”¹⁴. Nesse sentido, é importante destacar a visão de Capistrano em relação aos escravizados em sua escrita:

O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarrs e foram verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito Antonil. (ABREU apud MATTOS, 2014. p. 44).

O autor apresentou uma perspectiva romantizada do negro e do indígena, ao delimitar a participação racial na construção do que ele acreditava ser o Brasil, o que repercutiu em obras de impacto na primeira metade do século XX, que reproduziram um "mito das três raças", como fundador do país. Para Capistrano, o Brasil era o resultado da união de três raças, brancos, negros e indígenas, mas de modo desigual, na qual cabe aos brancos o papel de principal agente na construção do país¹⁵.

A harmonia entre colonizador e colonizado demonstrado pelo autor, além de evidenciar uma idealização da miscigenação impregnada aos ideais de embranquecimento da época, serviu de influência direta para o lusotropicalismo¹⁶ como “onda historiográfica”. Em vista disso, o livro *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, foi o maior expoente dessa onda e serviu como meio de reforçar e aprimorar aquilo que Capistrano já havia posto como paradigma sobre o Brasil Colonial.¹⁷

Na obra de Freyre, a família patriarcal, simbolizada pela Casa Grande, é o fator determinante da colonização e é o único princípio de autoridade, obediência e direção na sociedade. O escravizado, nesse sentido, apresentaria um papel de passivo ao senhor, no qual seria parte de uma relação familiar, uma relação de “doçura”, como ele mesmo define¹⁸. No entanto, a distância social é evidente nessa relação, e a proposta de Freyre, como o meio de aproximação entre senhor e escravizado ao ponto de resolver esse problema, é a miscigenação¹⁹. Desse modo, a miscigenação foi proposta como solução para o "problema" da heterogeneidade da população, ao ser vista como um ideal que buscava a democracia racial no

¹⁴ MATTOS. 2014, p. 45.

¹⁵ idem

¹⁶ É uma teoria cultural e histórica que surgiu em Portugal nos anos 1930 e 1940. Segundo esta teoria, a presença portuguesa nas colônias e a sua relação com os povos colonizados resultou em uma forma única de colonialismo, conhecido como "lusotropicalismo", que teria sido caracterizado por uma mistura harmoniosa e benéfica entre as culturas e civilizações portuguesas e os povos colonizados.

¹⁷ MATTOS. 2014, p. 42

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.

¹⁹ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. P.79

Brasil. É importante, então, destacar que essa abordagem estava permeada, como bem diz Hebe Mattos ao se referir a Freyre e outros lusotropicalistas:

[...] o conhecimento consolidado sobre a institucionalização do comércio de escravos indígenas e africanos desde o século XVI, da violência das práticas dos comerciantes escravistas luso-brasileiros na América e na África e do volume espantoso de pessoas escravizadas não abalasse essa convicção de doçura é a melhor medida do racismo interiorizado nas duas sociedades (portuguesa e brasileira) e da identidade branca ou embranquecida dos participantes na discussão. (MATTOS, 2014, p. 52)

Como evidenciado por Mattos, como os exemplos anteriormente mencionados, a historiografia, tal como a de Capistrano e Freyre, haviam construído uma visão suavizada da relação de poder entre senhor e escravizado, com pouco destaque ao tráfico de escravos e suas violentas implicações. Contudo, essa tendência começou a mudar na segunda metade do século XX. Em vista disso, ao transpor os conceitos a uma análise do tráfico atlântico, Manolo Florentino²⁰, aborda sobre a historiografia que primeiro deu ênfase ao tema, e serviu como base de diversos trabalhos sobre a escravidão até meados de 1970/80.

Florentino dialoga sobre como os estudos do tráfico negreiro partem de uma lógica econômica, e, de certa forma, “escondem” a análise da relação cruel de trabalho.²¹ Em outras palavras, é justificada a adoção da escravidão para alguns dos autores clássicos, como Caio Prado, Jacob Gorender e Ciro Cardoso, como motivada pela “escassez de braços nativos na escala exigida pela produção”.²² Por outro lado, o autor continua a exposição ao pontuar que, para Fernando Novais, em relação ao comércio dos povos nativos, na passagem para o tráfico negreiro, outra questão é levantada: “ver-se-ia que a alta lucratividade desta atividade é que levaria à utilização dos negros pelas empresas escravistas coloniais, com o comércio atlântico de almas firmando-se como um dos mais importantes setores de acumulação para o capital comercial europeu”²³.

Em resumo, Florentino nos apresenta a posição tomada por Ciro Cardoso, em relação ao lugar do continente africano em meio à escravidão, que ainda expõe uma análise social de África, heterogênea economicamente e com a violência e a apropriação de trabalho como ponto fulcral para a permanência do tráfico atlântico.²⁴ O autor contribui em seguida com uma reflexão dos trabalhos de Jacob Gorender, que, segundo Florentino, trabalha com a ideia de que: “vítima passiva da fome de braços da empresa colonial americana, a África estaria

²⁰ FLORENTINO, 1997.

²¹ FLORENTINO, 1997.

²² FLORENTINO, 1997. p. 26.

²³ *Idem*.

²⁴ *Idem*.

perfeitamente integrada aos desígnios do mercado europeu.”²⁵ Manolo Florentino ainda pontua não haver como negar os aspectos heterogêneos no trabalho de Gorender, porém, critica a falta de profundidade. Assim, acaba por apresentar o continente africano como: “portador de uma oferta elástica e pouco custosa de trabalho, cuja realização através do tráfico permitiria à empresa escravista adotar uma lógica microeconômica altamente rentável e retificadora.”²⁶

A origem da crítica exposta por Florentino, está ligada a historiografia que surgiu na passagem das décadas de 1970 e 1980. A efervescência dos movimentos sociais da década anterior, introjetou-se diretamente na academia e, no Brasil, provocou intensas discussões teóricas a respeito dos modelos explicativos da sociedade colonial, os quais contribuíram para a formação de uma nova geração de historiadores. Uma geração que se aproximava de uma perspectiva antropológica sobre as fontes e afastava-se do economicismo que retirava a face humanas dos escravizados, vistos como somente dados. Um enfoque em análises socioculturais, em um cenário até então predominante econômico-sociais.²⁷

Nesse contexto, Santos enfatiza que esse novo modelo de ver a História, estava ligada à ampla oferta de cursos de graduação e pós-graduação em História, que se encontravam em uma fase de intensa ampliação durante esse período²⁸, o que pode proporcionar uma “explosão” de novos trabalhos e muitos deles diretamente influenciados pela História Social que estava emergindo. Isso afetou diretamente a quantidade e qualidade dos trabalhos acerca da escravidão e a História da África (essa ainda não vista como uma subárea autônoma, com suas especificidades de fontes históricas e referenciais bibliográficos), na qual houve uma diversificação de temas para além da relação escravista e econômica.

Sobre o “novo olhar” para a História, Santos é enfático na hipótese de que a formação de uma perspectiva de análise da constituição do território nacional e a formação de uma “historiografia brasileira” não pode ser pensada antes da década de 1980. O autor argumenta que antes desse período, só era possível falar de historiografias restritas a planos locais e regionais que pretendiam se identificar como nacionais. A partir dos anos 1980, o objetivo é estabelecer uma geografia disciplinar para o conhecimento histórico no Brasil, ligado à história da historiografia como uma espécie de genealogia da história. Ele questiona ainda se é possível falar plenamente de uma “historiografia brasileira” que represente o território

²⁵ *Idem.*

²⁶ *Idem.*

²⁷ MATTOS, Hebe. *História Social*. In: Cardoso, Ciro; VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 84.

²⁸ SANTOS. 2018, p. 28

nacional.²⁹

Um notório representante da nova historiografia é Manolo Florentino, que serve como referência nesta seção. Em sua obra *Em Costas Negras*, ele apresenta um balanço inicial de como o comércio de escravos é abordado por autores clássicos, considerando-o como uma variável no cálculo econômico da empresa escravista colonial, um fluxo demográfico e um negócio³⁰. Assim, podemos observar como a empresa escravista funcionava sob uma ótica mercantil, em que os corpos traficados da África eram considerados objetos e uma fonte de mão de obra barata. O autor fornece dados interessantes de que, entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos traficados para as Américas desembarcaram nos portos brasileiros³¹. Isso demonstra as conexões significativas entre a África e a América Portuguesa, o que significa que possuir escravos era conviver diretamente com africanos³². No entanto, a falta de diálogo sobre a sociabilidade e as identidades desses povos resulta em um déficit na análise do período histórico. Eles são povos cheios de história e, para evitar a lógica mercantilista da diáspora africana, é necessário atribuir humanidade a esses povos, ressignificando sua participação histórica na construção brasileira em diversas áreas de expressividade. Em suma, a análise social das relações entre a África e o Brasil colonial quebra a ótica mercantilista e a noção de "comércio de almas".

Construção do Eurocentrismo, uma questão epistemológica

A classificação social das populações, com maior ênfase a partir do século XVI e o gradual processo de expansão comercial e integração global, possibilitou a construção de um pensamento de dominação colonial, cuja racionalidade norteadora, para vários modelos interpretativos, é eurocêntrica.³³ Tal questão se provou estável para além da colonialidade, ao permear o imaginário de que até os dias atuais a Europa seria o padrão hegemônico do poder³⁴, sinônimo de tudo o que é mais desenvolvido.

O racismo como construção da modernidade criou relações sociais que promoveram a ressignificação de termos que antes indicavam um lugar de origem e agora determinavam racialmente seu lugar em uma hierarquia sócio-política. Dessa forma, o surgimento e aprimoramento de meios de classificação, criaram relações sociais que se traduziram em

²⁹ SANTOS, 2018, p. 22

³⁰ FLORENTINO. 1997. p. 24.

³¹ FLORENTINO. 1997. p. 23.

³² *Idem.*

³³ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. 2005. p. 117.

³⁴ *Idem.*

relações de dominação³⁵ numa ordenação colonial. A denominação “europeu” que era direcionada ao espaço geográfico de nascimento, agora aparecia no topo da pirâmide racial, com isso, há o surgimento de novas identidades raciais, como: índios, negros e mestiços, além de redefinir outras.³⁶

O argumento de Quijano, apresentado acima, dialoga com os pontos levantados por Franz Fanon, que aborda a questão da identidade constituída antropologicamente, responsável por impor ao negro a falta de reconhecimento com seus semelhantes.³⁷ Para o autor, a violência se relaciona diretamente com as concepções impostas de raça, visto que, o mundo colonial determinaria quem pertence ou não a tal classificação racial³⁸, algo que também denotaria em uma questão de qualidade de vida na colônia. Dessa forma, a crítica de Fanon ao colonialismo europeu, e conseqüentemente, ao racismo difundido por ele, é direta, já que, segundo o autor, o progresso da Europa, como potência mundial, promovida como fruto das qualidades do continente, foram construídas tão somente com base no “suor e cadáveres dos negros, dos árabes, índios e amarelos”.³⁹ Assim, a raça se formula como meio de outorgar a legitimidade europeia, isto é, a redução da África a um continente de exploração se explica a partir do eurocentrismo.

Do mesmo modo, nos estudos decoloniais, é discutido como o eurocentrismo foi e continua sendo responsável pela inferiorização do continente africano, no período colonial, focado numa exploração de corpos que perduraria com ao fato da intelectualidade africana não ser difundida nem mesmo nos trabalhos sobre África, como comprovarei logo abaixo.

O conceito de colonização do pensamento, conforme Zea⁴⁰, aponta para a criação de padrões de relações mundiais pautadas na filosofia eurocêntrica com o advento da colonização. Na tentativa de teorizar sobre a possibilidade de uma epistemologia americana, o autor destaca a problemática de que os problemas da nossa episteme não nos pertencem, pois estamos constantemente recorrendo a conceitos que nos foram dados a partir de circunstâncias não vivenciadas pelos americanos⁴¹. Zea nos leva a questionar por que há a necessidade de

³⁵ O termo pode ser melhor explorado na obra de Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, na qual ele aborda as relações de dominação como uma dimensão complexa da sociedade que envolve o poder, o controle e a regulamentação do comportamento humano. Foucault argumenta que o poder não é detido por uma autoridade central, mas sim está disperso em práticas sociais e institucionais que afetam a conduta humana. Dessa forma, o poder é exercido tanto por indivíduos quanto por grupos, e a luta pelo poder é uma parte inerente das relações de dominação.

³⁶ *Idem*, ver também: BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: Das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

³⁷ FANON, Frantz. *Pele negra máscara branca*. 2008.

³⁸ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 1968. p. 34.

³⁹ FANON. 1968. p. 88.

⁴⁰ ZEA, Leopoldo. *América como consciência*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1953. p. 1-107.

⁴¹ ZEA, 1953. p. 03

pertencimento da filosofia ao povo americano, visto que os filósofos gregos nunca falaram em uma filosofia grega, que transcendia as limitações espaciais e temporais. Dessa forma, a colonização solidifica a América como um espaço de subjetividade em relação ao mundo europeu⁴² e gera a necessidade posterior de reconhecimento a partir de si mesmo.

Tais questionamentos abrem um paradoxo epistemológico, em que o próprio autor menciona que inclusive para criticar o pensamento europeu nos utilizamos de autores europeus.⁴³ Nesse contexto, a pesquisa aponta como há uma troca epistemológica, em que demonstra como a história africana foi construída fora de África. Porém, o que se aborda como novo neste artigo é como se associa muito o eurocentrismo como fonte principal dessa externalização, entretanto, os autores brasileiros e estadunidenses se sobressaem como referências teóricas para se falar de “África”.

Assim, as referências que tratam de África, são ocidentais, logo, se sobrepõe um novo paradoxo, em que me incluo nele, quem constrói a história africana se não os africanos? Isso demonstra como há a dificuldade da África em ter uma história própria construída por eles mesmos e difundida pelo mundo. Ou seja, há uma espécie de “paternalismo” dá/sobre história africana, em que não há a construção de uma epistemologia própria presente na historiografia veiculada pelo mundo (pelo menos não nos circuitos de produção científica brasileira).

África como espaço geográfico de exploração

Em virtude dos pontos mencionados acima, não é errôneo afirmar que a colonização impôs uma divisão sistêmica de trabalho, em que os negros africanos foram, na visão ocidental, reduzidos a escravos. Nessa visão econômica dominante, a população africana foi reduzida a um único povo, homogêneo, e sem características distintas. Desse modo, como apresenta Quijano, povos como os Achantes, Iorubás, Zulus, Congos, Bacongos etc., com a ampliação do tráfico atlântico, transformam-se em um só, isto é, não seriam depois do colonialismo, outra coisa que não negros⁴⁴. Com isso, há duas implicações decisivas: a primeira voltada ao saque das próprias identidades e singularidades históricas aos quais foram remetidos; e o outro, sobre a posição negativa que lhes foram atribuídos, implicava assim, na impossibilidade negra de contribuir para a produção cultural da humanidade⁴⁵.

Como se vê, a construção epistêmica de um mundo eurocêntrico, obedece a um

⁴² ZEA, 1953. p. 25

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ QUIJANO. 2005. p. 127.

⁴⁵ *Idem.*

complexo de autoridades: uma atribuição de líder para o branco europeu, enquanto ao negro africano é atribuído a submissão⁴⁶. Esse lugar epistemológico ao qual a Europa se inseriu, pressupôs a criação das categorias que classificavam todo continente decorrente a sua serventia na lógica exploratória da colonização. Seja na da categoria de “bom selvagem”⁴⁷, sobre as sociedades passíveis do processo civilizatório, a transformação da categorização de escravo, que com a modernidade passara a ter uma lógica voltada para a de produto, em uma lógica exportador. Tais categorias, como elucida Antônio Manuel Hespanha⁴⁸, demarcavam normas e deveres em determinados estatutos que os encaixavam. Estatutos esses que se modificam conforme o lugar em uma hierarquia social, que funcionaria a partir de enquadramentos que nós, historiadores, sistematizamos em classes⁴⁹. É nesse papel ativo do historiador em sua tentativa de retratar a realidade, que podemos observar a influência desse modelo de pensamento historiográfico.

De acordo com essa relação de dominação, apresentavam-se uma série de explicações biológicas que entrariam posteriormente na História, que posicionam diretamente os povos negros em um espaço de inferioridade explicada cientificamente⁵⁰. Porém, para Fanon, independentemente de quais eram as técnicas utilizadas para o “adestramento” dos escravos, não foi possível domesticá-los completamente⁵¹. O ponto do autor é importante por corroborar para as análises de resistência escrava, em que, como mencionei, foi o foco da pesquisa anterior que originou este trabalho. Que, em síntese, se manter vivo era um ato de resistência importante por preservar diversos aspectos identitários dos povos africanos, que serviram de base para a formulação cultural brasileira.

Deste modo, a escravidão nos apresenta, segundo Quijano, a uma forma muito nova de exploração e das relações de poder, que acabavam por assumir pontos históricos e sociológicos novos, com o enfoque nas relações de mercado, responsáveis pela produção da mercadoria para o mercado mundial. Em que se tinha o controle não só do trabalho, como dos recursos e produtos gerados por eles⁵². Nesse sentido, Manolo Florentino contribui para a discussão com a apresentação do debate sobre como houve a construção narrativa do escravo africano como sujeito passivo ao tráfico, contestada por nacionalistas que lutavam pela

⁴⁶ FANON. 2008. p. 94.

⁴⁷ Conceito utilizado por Rousseau ao definir sociedades “ingênuas” que teriam seu esta do puro, fora da corrupção que a sociedade poderia causar. *O Contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes. 1999

⁴⁸ HESPANHA, Antônio. *Categorias, História dos Conceitos, História das Ideias, História dos Dogmas Jurídicos*. Porto Alegre: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS. 2018. p.10.

⁴⁹ HESPANHA, 2018. p.10.

⁵⁰ QUIJANO. 2005. p. 117.

⁵¹ FANON. 1968. p. 45-46.

⁵² QUIJANO. 2005. p. 118.

independência dos países africanos no século XX⁵³. No qual, para rebater os estereótipos negativos impostos ao povo africano, reforçados pelo darwinismo social, esses nacionalistas dialogavam com as noções de que, a partir do marco da colonização, foi apresentado ao africano suas “desgraças”⁵⁴.

Nesse contexto de falta de propriedades intelectuais direcionadas aos africanos, os brancos europeus lhes presentearam com sua tamanha civilidade, ainda com a caridade de lhes darem um ofício, era um ato de boa ação. Segundo Florentino, tal construção narrativa se explicaria pela “aceitação do discurso rousseauiano do ‘bom selvagem’, que seria desnaturalizado e pervertido pelo ser “civilizado””⁵⁵.

Por essa lógica, o continente africano é subjugado como um espaço geográfico de exploração, em que, há uma série de relatos históricos classificadores que fazem povos de determinadas regiões valerem mais do que outras⁵⁶. Para além de todas essas questões, o continente é reduzido a um espaço homogêneo, em que a história dos povos seria única. Contudo, com a análise dos artigos selecionados no banco de dados, pude notar também que em maioria, os artigos que relacionavam a América Portuguesa com o continente africano, falavam apenas de alguns espaços. O que acaba por suprimir geograficamente o continente à Angola, Moçambique e Costa da Mina, o que restringe a organicidade da formação da pluralidade africana.

A pesquisa e sua metodologia

Conforme o contexto desenvolvido ao longo do presente artigo, em relação à construção da historiografia acerca das relações escravas/africanas ao longo do período colonial, apresento a seguir a pesquisa responsável por esquadrihar toda a argumentação anterior.

Ana Paula Caldeira nos contempla sobre como vem crescendo os trabalhos que utilizam as revistas científicas como o foco de análise. Entretanto, alerta sobre a diminuta produção de periódicas recentes acerca de uma abordagem historiográfica própria, ao mesmo tempo que evidencia o quanto são interessantes essas reflexões para o estudo da história da

⁵³ FLORENTINO. 1995. p. 74.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ FLORENTINO. 1997. p. 73.

⁵⁶ Segundo Beatriz Gallotti Mamigonian: “Nina Rodrigues atribuíra aos africanos da Costa Ocidental – iorubás, jejes, tapas, haussás – superioridade cultural em relação aos bantos, provenientes da África Centro-Ocidental, que eram maioria no centro-sul do Brasil”. Ou seja, uma série de precificações e classificações que determinam melhores origens que outras. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. 2004. p. 34.

historiografia, uma vez que apresentam uma ampla visão de distintos objetos de pesquisa e como foram trabalhados ao longo de gerações de historiadores.⁵⁷

Dessa forma, a pesquisa, como dito acima, se formulou a partir da coleta de dados em 210 artigos científicos que se voltaram a analisar o período colonial brasileiro e fizeram menções, de diferentes formas, ao continente africano. Com isso, observou-se de início que o universo de 76 revistas científicas que compõe o banco de dados, já se encolhe para as 51 revistas que publicaram sobre a temática.

De fato, acessou-se o *site* de cada uma das revistas e examinou-se edição por edição para “alimentar” o banco de dados entre os anos de 2001 a 2018. Em seguida, as informações presentes nos artigos foram registradas em planilhas, com objetivo de extrair diferentes dados destas fontes, a saber: nome da revista; ISSN e número de publicação; local de origem; ano da publicação; autor ou autora do artigo; título acadêmico à época da publicação; ano da titulação do autor(a); atividade profissional atual do(a) autor(a); orientador ou orientadora; título do artigo; resumo; palavras-chave. Para tal nível de detalhamento, a plataformaattes foi bastante importante para a coleta dos dados acadêmicos dos autores, o que, por outro lado, dificultou a análise dos autores estrangeiros.

Em um segundo momento da construção dos dados se deu em uma segunda planilha. Nesta, foram quantificadas e analisadas as referências bibliográficas citadas nos artigos que esses autores e autoras produziram. O passo seguinte foi a seleção de artigo por artigo, com isso, aglutinaram-se tais referências bibliográficas que serviram de suporte teórico-metodológico.⁵⁸ Os dados aqui discriminados eram: os títulos das obras, nacionalidade e gênero dos referenciais.

Chama-se aqui a atenção para outro fator importante nesta análise, que corrobora com o trabalho na tese de Wagner dos Santos. A ampliação dos programas de pós-graduação foi ponto fulcral para a ampliação da história da historiografia e o desdobramento da produção histórica no país. Para as revistas, a pós-graduação também assume um papel de suma importância, visto que, grande parte das revistas, além de fazerem parte dos programas de pós-graduação, são apoiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável por ampliar o acesso à divulgação científica, seja em âmbito nacional ou internacional.

Portanto, as revistas científicas são abordadas nesse artigo como uma espécie de

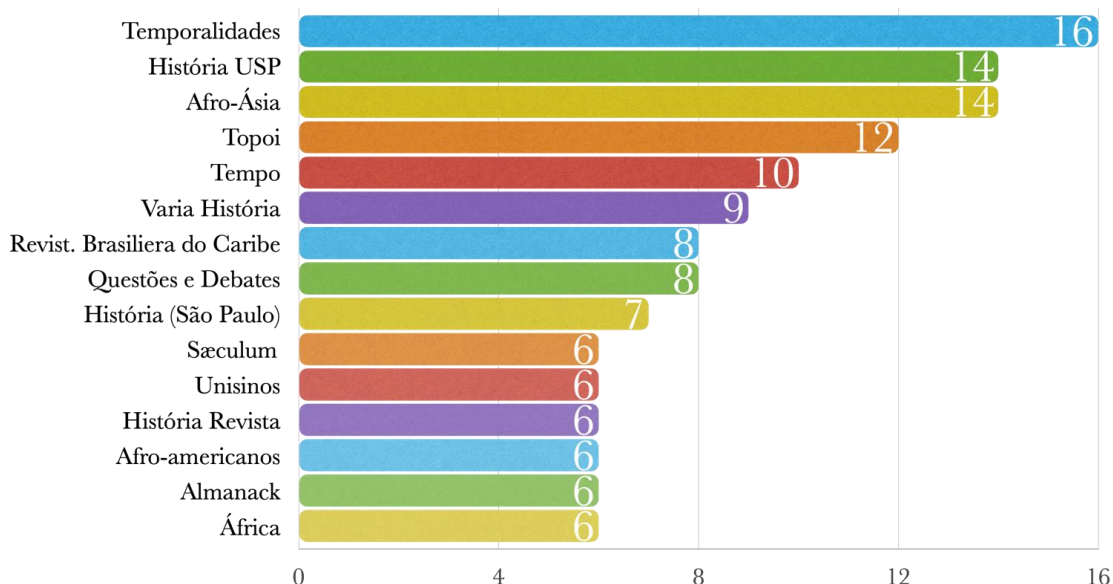
⁵⁷ CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Editoria, o tempo das revistas. 2018. p. 302

⁵⁸ PEGORARO, Jonas W. 30 anos do período colonial brasileiro na revista *Varia História*: autores/as, temáticas e referenciais. - Inédito.

“laboratório”⁵⁹, considerando tamanha importância e representatividade no empenho em divulgar pesquisas históricas e a importância que possui no âmbito historiográfico. Além disso, o conjunto das transformações e desdobramento das áreas trabalhadas, bem como na ampliação do número de especialistas que ganham cada vez mais espaços a partir das publicações que fazem em tais revistas⁶⁰.

A partir do levantamento, foram confeccionados os seguintes gráficos que servirão de base para o argumento aqui proposto:

Gráfico 01 – Revistas



Como ponto inicial da análise dos gráficos, com a pesquisa se debruçando sobre as revistas científicas, não poderia deixar de abrir a argumentação com um balanço acerca delas. Foi elucidado ao longo do texto sobre como a ampliação dos programas de pós-graduação, foram importantes para o desenvolvimento de grande parte delas.⁶¹ Com isso, apresenta-se o Gráfico 01. Nele observamos apenas 15 das 51 revistas analisadas, com o critério de maior ocorrência.

A análise dos dados revela uma estreita relação entre os cursos de pós-graduação e a

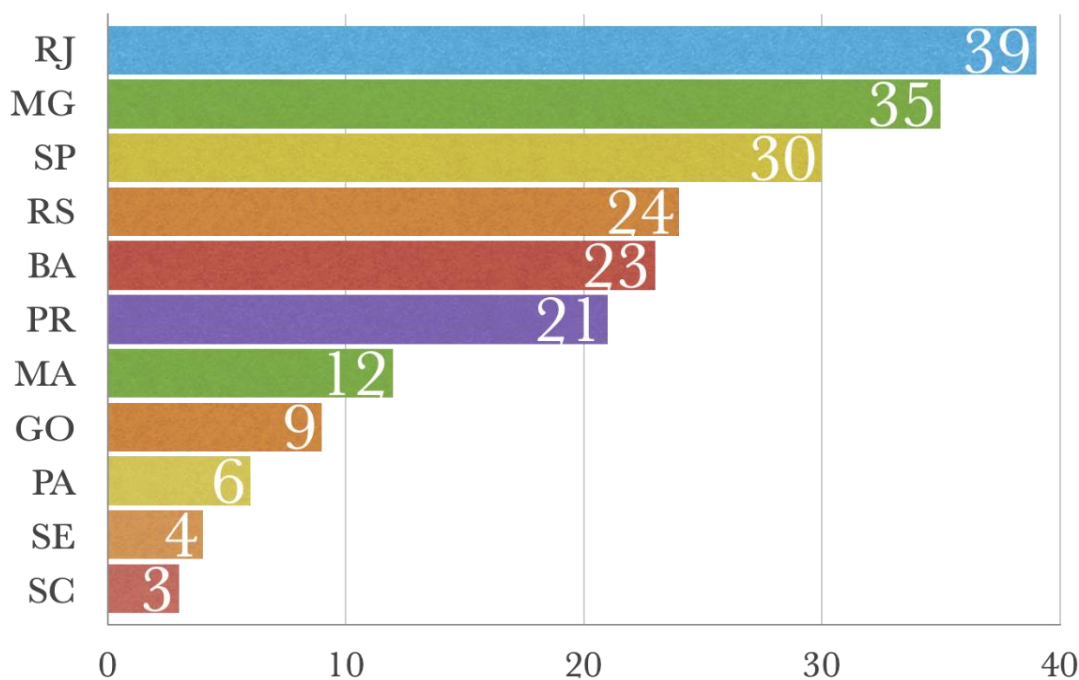
⁵⁹ PEGORARO, Jonas W. 30 anos do período colonial brasileiro na revista *Varia História*: autores/as, temáticas e referenciais. - Inédito.

⁶⁰ Glezer, Raquel. 40 anos da revista brasileira de *História*: A historiografia em revista, caminhos percorridos. 2021. p. 41.

⁶¹ BEINTHIEN, Rafael Faraco. Qualis periódicos na área de *História*: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação institucional (2013-2016). *Observatório da História*. Guarulhos, 2018. Disponível em: <<https://histobs.hypotheses.org/614>>

produção de conhecimento sobre o período colonial. Das 15 revistas que mais publicaram artigos sobre o tema, apenas as mais antigas, como a História USP (1950), África (1978), Afro-Ásia (1965) e História São Paulo (1963), não surgiram graças aos programas de pós-graduação. No entanto, mesmo sem essa vinculação inicial, atualmente o editorial dessas revistas estão ligadas a programas de pós-graduação das universidades USP, UFBA e Unesp. Como exemplo dessa relação, entre as seis revistas com maior ocorrência de artigos sobre o período colonial, quatro são diretamente ligadas a programas de pós-graduação: Topoi (5,69%), Tempo (4,74%), Varia História (4,27%) e, com a maior ocorrência de todas, Temporalidades (7,58%).

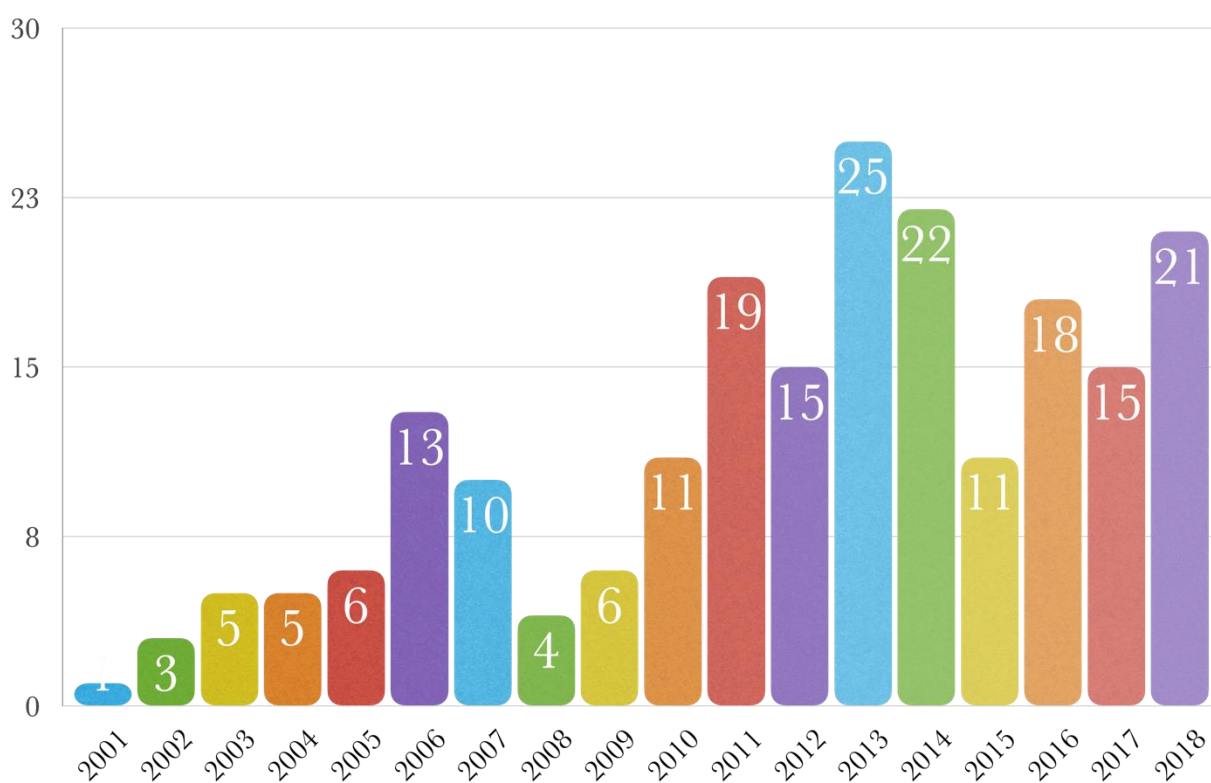
Gráfico 02 – Local de publicação



Outro aspecto importante destacado pelo levantamento foi a região onde foram realizadas as publicações. A sistematização, feita por meio de divisão estadual, considerando o local de sede de cada revista. Não é surpreendente que quase metade das publicações tenham sido na região Sudeste (49,29%), devido ao elevado número de universidades e ao alto coeficiente demográfico concentrado em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e, especialmente, São Paulo. É interessante notar, no entanto, que apesar de ter um número superior de revistas, São Paulo (14,22%) só aparece em terceiro lugar no número de artigos coletados.

Com menor ocorrência de publicações, não ficaram muito atrás, tais como Bahia (10.90%), Rio Grande do Sul (11.37%), Paraná (9.95%) e Maranhão (5.69%), comprovando que a região sudeste, apesar de liderar em número de publicações, não é a única a se dedicar ao estudo da temática aqui em foco na temporalidade do período colonial. Vale ressaltar o caso baiano, que conta com sua faculdade estadual (Uneb) e a federal (UFBA), com programas de pós-graduação especializados em estudos africanos⁶², e o caso gaúcho, que sedia o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Portanto, é importante ressaltar que esses dados comprovam a diversidade de abordagens e interpretações acerca do tema, ao longo das diversas regiões do país, o que enriquece ainda mais o estudo e a compreensão do período histórico.

Gráfico 03 – Ano de publicação

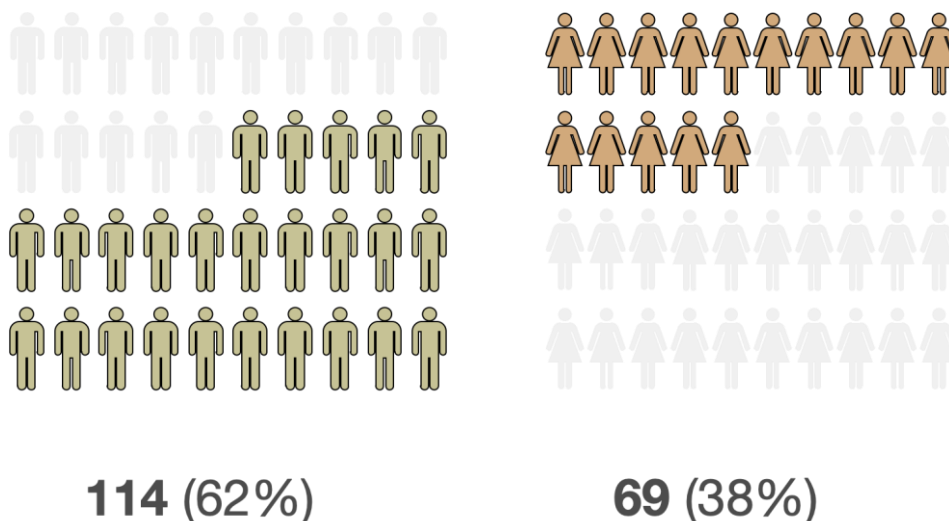


O gráfico 3 nos apresenta o universo aqui constituído pelos 210 artigos espaçados conforme o ano de sua publicação. É uma visualização da produção científica sobre esse tema permite avaliar a evolução do número de artigos sobre o assunto. Por óbvio que mudando a temática sobre o assunto do período colonial brasileiro, esse gráfico se modifica, possuindo

⁶² A UFBA apresenta o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO). Já a Uneb, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

novos contornos. Porém, analisando o gráfico, pode-se perceber uma inclinação crescente na quantidade de publicações a partir de 2013. Nossa hipótese é a consolidação nas universidades públicas de cadeiras sobre História da África pode fomentar o aumento produtivo dos artigos sobre o continente, além do acesso às fontes.

Gráfico 04 – Autores e autoras

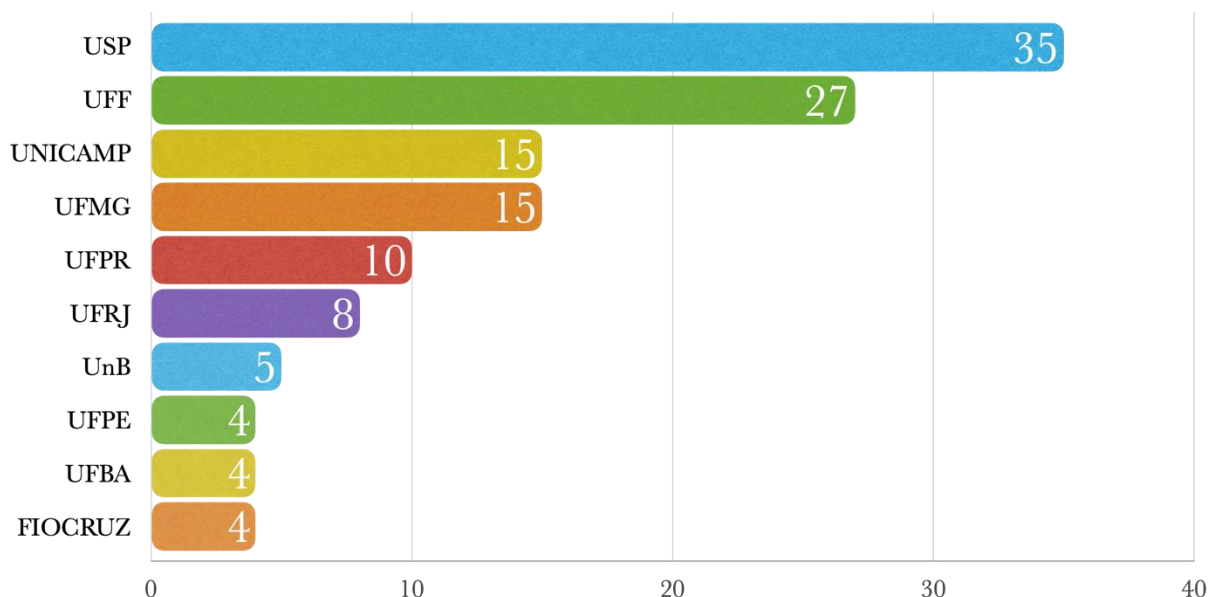


O estudo dos autores e autoras que escrevem sobre a temática que aqui abordamos, as relações entre África e América lusa no período colonial brasileiro, apresenta uma distribuição desigual entre gêneros. Em resumo, 62% dos 183 autores identificados são do gênero masculino, enquanto 38% são do gênero feminino. É importante destacar que, apesar da presença de autoras, a desigualdade de gênero ainda é um fator relevante na produção científica sobre o período colonial brasileiro. Essa diferença pode ser reflexo de questões sociais e culturais ainda presentes na sociedade, tais como o acesso limitado de mulheres a oportunidades de formação e produção acadêmica.⁶³ É importante destacar que a diversidade de perspectivas e contribuições é fundamental para a produção de conhecimento e, por isso, é preciso investir em políticas de igualdade de gênero para garantir a representatividade e a ampliação da participação de mulheres nesses estudos. Quando se foca o olhar para os autores com maior produção, os nomes que se destacam são de Thiago Henrique Mota Silva com 5 artigos, Roquinado Ferreira, Maximiliano Menz, Carlos Francisco da Silva Júnior, Carlos Eugênio Soares, Ana Paula Wagner e Alexandre Marcussi cada um com quatro artigos

⁶³ PEGORARO, Jonas W. 30 anos do período colonial brasileiro na revista *Varia História*: autores/as, temáticas e referenciais. - Inédito.

publicados durante a periodicidade desta pesquisa.

Gráfico 05 – Instituições



O gráfico 05 apresenta os locais de formação dos autores do escopo analisado. Um universo de 38 instituições foi constituído, mas as que mais se destacam foram acima apresentadas. Vale ressaltar que muitos dos autores apresentados na pesquisa não tinham informações disponíveis sobre sua instituição de ensino na Plataforma Lattes, assim não sendo contabilizados. Observa-se, de toda forma, uma variação no número de recorrências e mostra-se a grande incidência de importantes universidades do eixo Rio-São Paulo. Neste tocante, é emblemática a observância regional sudeste neste gráfico como um local de atração para os pesquisadores brasileiros e posteriores produtores do conhecimento. Ademais, deve-se destacar a possibilidade de recursos financeiros e humanos disponíveis para elaborar pesquisas (destacamos a ação em São Paulo da FAPESP) que também pode ter influenciado na produção científica.

Gráfico 06 – Palavras-chaves (25 palavras)



Gráfico 07 – Palavras-chaves (40 palavras)



Com essa nuvem de palavras, busco analisar os conteúdos presentes nos artigos das revistas, utilizando as palavras-chave como ferramenta de observação. Como afirma Pegoraro⁶⁴, a partir de 2000, os artigos precisam obrigatoriamente ter as palavras-chave, visto que, os artigos mais antigos são de 2001, a grande maioria dos casos teve presente o campo junto ao resumo, o que acaba por facilitar a análise, pela função objetiva de tal campo. Nesse sentido, dos 211 artigos analisados, ocorreu em apenas cinco casos excepcionais, que não tiveram em seus artigos palavras-chave presentes. Posto isso, a análise se baseia, primeiramente, em 25 palavras-chave escolhidas (Gráfico 6) e as representações gráficas destacam as palavras mais relevantes pelo tamanho e posição central.

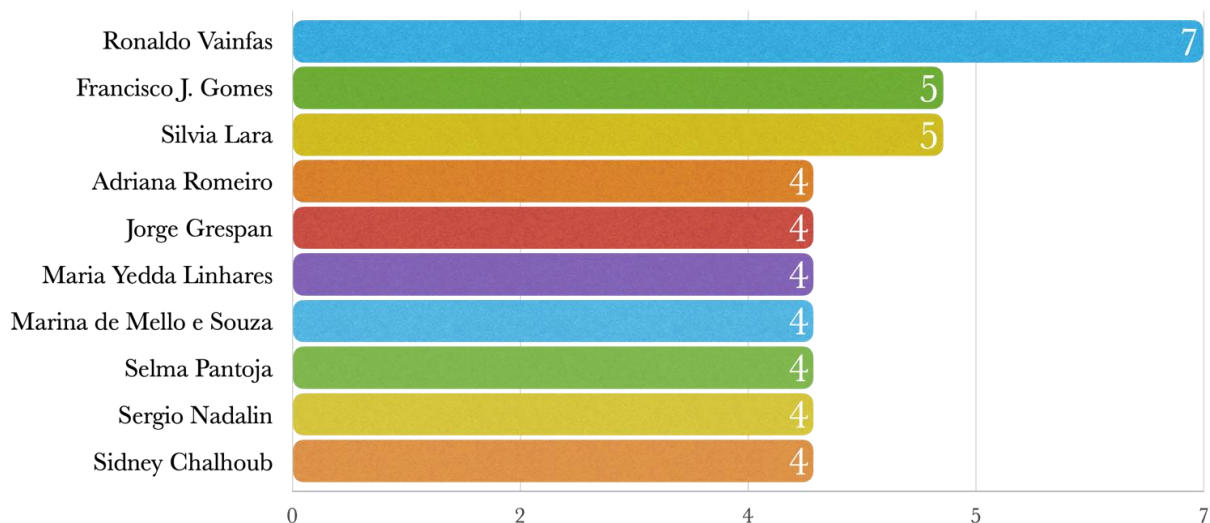
⁶⁴ PEGORARO, Jonas W. 30 anos do período colonial brasileiro na revista *Varia História*: autores/as, temáticas e referenciais. - Inédito.

Por mais que nos últimos anos tenha ocorrido uma variação dos temas sobre a relação de africanos em trabalhos brasileiros, mais ligados à História Cultural, podemos observar que a “escravidão” continua a ser o enfoque mais debatido sobre o tema, tendo em vista todos os pontos levantados anteriormente, em que por maior que seja o aspecto social ou cultural em relação aos africanos no período colonial, os gráficos demonstram como, em uma análise das conexões entre África e América portuguesa para o período, não dá para desassociar simplesmente. Os termos mais utilizados, em seguida, também estão ligados a essa ótica sobre o comércio, como “tráfico” e “escravos”. Contudo, é interessante observar a presença do termo “Angola” presente nos artigos que tiveram como tema não só a relação entre Brasil e o país africano em uma lógica escravista, mas também sobre aspectos culturais de sociedades que hoje compreendem o território angolano, território esse sendo um dos mais citados quando é para falar em desenvolvimento em sociedade, Angola é uma das grandes responsáveis por dar face ao continente. Assim, mesmo menos citado, mas relevante, o termo “Moçambique”, que segue esse mesmo sentido. É importante também destacar que as palavras-chave apontam o período mais abordado nos trabalhos analisados sobre as revistas: o século XVIII. Algo justificado visto o foco maior dessas é no período compreendido como Brasil Colonial.

Para ampliar a análise anterior, a segunda representação contém 40 palavras-chave como meio de “filtrar” outras palavras de menor ocorrência que podem apontar alguma tendência historiográfica em surgimento. Desse modo, podemos notar o surgimento de palavras como “social”, “irmandades”, “igreja”, “população” e o crescimento da palavra “cidade”, como o apontamento de um enfoque, mesmo que menor, em espaços de sociabilidade entre africanos, sejam cativos ou libertos.

A sociabilidade analisada nas fontes é demonstrada pelos termos novos, as Irmandades do Rosário, por exemplo, que assumem um papel de destaque nessa rede de conexões, responsável pela resistência como forma de se manter vivo, é bem destacada. A “Bahia” também, grande expoente por condensar os negros trazidos de África, aparece em destaque. Com a ampliação das palavras, há também a inserção de “Guiné”, como outra face africana para o mundo. Tais palavras se conectam e se explicam com a aparição de termos como “Diáspora brasileira” e “Historiografia negra”. Destaco nessa última expressão, o um aumento ao longo dos anos, provavelmente relacionado com a ascensão de pessoas pretas às universidades, que buscam no passado o reconhecimento e a construção identitária que por muito tempo lhes foi esquecida pela historiografia.

Gráfico 08 – Orientadores

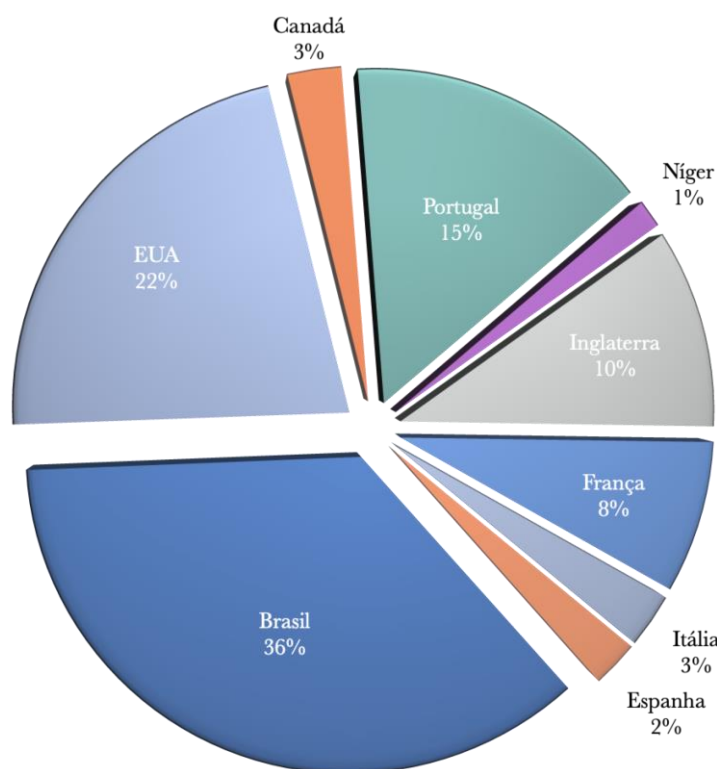


A análise dos dados deve considerar a relevância dos programas de pós-graduação dessas instituições, a qual pode ser influenciada pela tradição acadêmica, a qualidade dos corpos docentes, a estrutura de pesquisa, e o acesso a recursos financeiros e tecnológicos. Além disso, a quantidade de ocorrências dos orientadores pode estar relacionada ao seu prestígio acadêmico, à sua competência em História social, e a sua Capacidade de dirigir trabalhos de pesquisa de alto impacto. A distribuição dos orientadores por gênero também é relevante para a análise, uma vez que a desigualdade de gênero é uma questão persistente na academia.

A frequência dos professores da UFF (Ronaldo Vainfas, Francisco J. Gome e Maria Yedda Linhares), Unicamp (Silvia Lara e Sidney Chalhoub), USP (Jorge Grespan e Marina de Mello e Souza) e UFMG (Adriana Romeiro) no gráfico, apontam a presença significativa na produção acadêmica dos de pós-graduação em História Social, e indicam um corpo docente altamente capacitado e produtivo. Além disso, a presença de tais professores pode ser resultado de uma combinação de fatores, como estrutura institucional, linhas de pesquisa desenvolvidas, recursos e meios disponíveis, além da colaboração interinstitucional. É importante destacar que essas instituições são reconhecidas pela sua tradição acadêmica na área de história colonial, que reflete a virada historiográfica dos anos 1970/1980, na qual, principalmente, a Universidade Federal Fluminense teve papel ativo nessa transformação.⁶⁵

⁶⁵ MATTOS, 1997. P. 77,

Gráfico 09 – Referências bibliográficas



O universo constituído possibilitou contabilizarmos um total de 7550 referenciais, muitos destes autores não possuem informações na Plataforma Lattes, limitando as análises desse segmento, contudo, foi possível aferir um total de 96 nacionalidades para esses referenciais. Ao analisarmos os dados presentes no gráfico, é possível perceber que houve uma grande influência da produção historiográfica dos países europeus e norte-americano sobre a produção teórico-metodológica na análise histórica sobre o continente africano e seus escravizados. Apesar de o Brasil ser o país com maior presença entre as referências bibliográficas dos autores, ao diminuirmos sua participação por ser o país ao qual essas revistas foram publicadas, é possível observar que a maioria das referências são oriundas de países europeus e norte-americano. Isso evidencia uma forte tendência eurocentrista e ocidentalista na construção de uma historiografia sobre a África e seus escravizados, algo que fica mais evidente no gráfico a seguir.

Tabela 01– Referências bibliográficas africanas

Nacionalidade	Citações %
Níger	1,23%
Angola	0,44%
África do Sul	0,43%

Congo	0,29%
Senegal	0,23%
Moçambique	0,17%
Mali	0,16%
Benin	0,13%
Cabo Verde	0,13%
Gana	0,12%
Marrocos	0,11%
Argélia	0,10%
Camarões	0,09%
Guiné	0,07%
Serra Leoa	0,07%
Sudão	0,07%
Burquina Fasso	0,05%
Madagascar	0,05%
Malawi	0,05%
Quênia	0,04%
São Tomé e Príncipe	0,04%
Uganda	0,04%
Etiópia	0,02%
Tunísia	0,02%
Zimbábue	0,02%
Biafra	0,01%
Costa do Marfim	0,01%
Mauritânia	0,01%
Tanzânia	0,01%
Zâmbia	0,01%

A tabela demonstra como ainda é ínfima a participação de autores africanos na construção desses trabalhos. Fica evidente como a história desses povos é vista e estudada a partir de uma perspectiva externa, pouco considerando as narrativas e as fontes produzidas dentro da própria África.

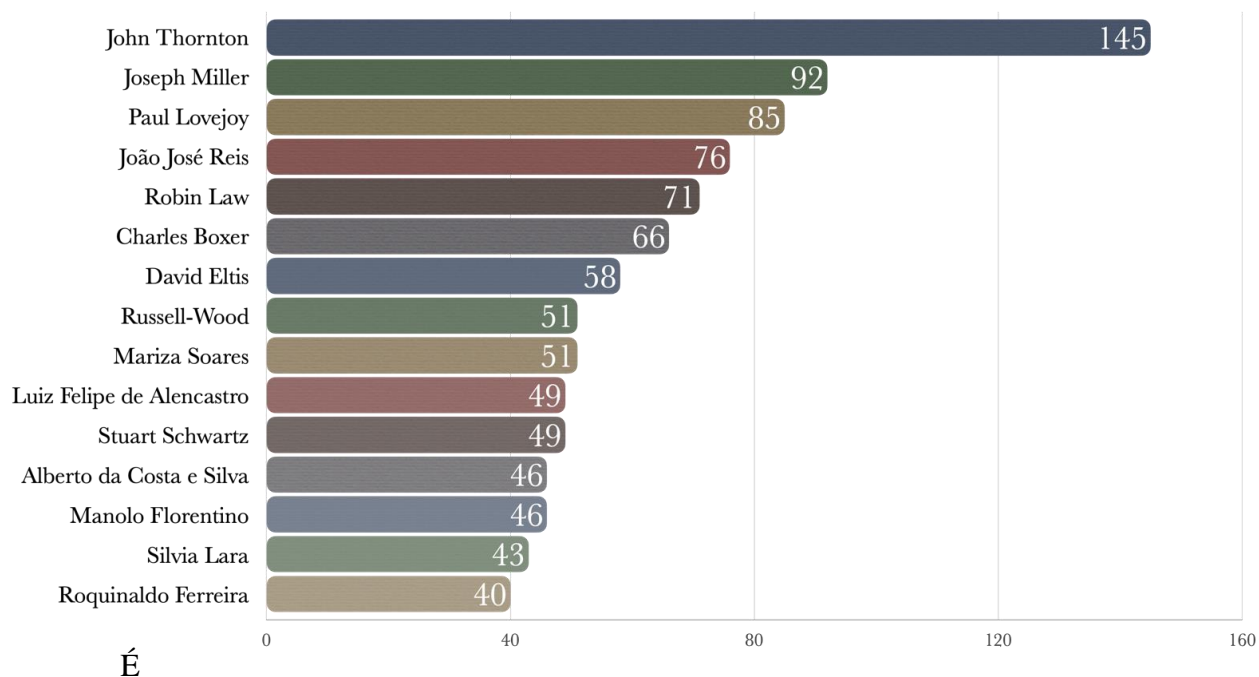
Sendo o único país africano a aparecer com maior recorrência (gráfico 9), Níger, com 1,23% de participação na lista de referências bibliográficas, é um indicativo importante dessa

falta de representatividade da perspectiva africana na construção da historiografia sobre a África e os escravizados. Como tratei no subtópico acerca da questão epistemológica da História da África, a presença limitada do Níger e dos demais países africanos nesta lista, reforça que a produção histórica sobre a África ainda é majoritariamente construída fora do continente, sem a devida consideração das narrativas e fontes locais. É fundamental buscar uma diversificação na produção histórica e na inclusão de fontes e perspectivas africanas para uma representação mais completa e justa da história. Essa abordagem ocidentalista, reforça a ideia de que a produção historiográfica sobre o continente africano é criada fora da África, perpetuando perspectivas ainda baseadas no eurocentrismo sobre a história dos povos africanos.

No mesmo sentido que quando feito a respeito do gênero dos autores, quando observamos as referências bibliográficas, os números apresentam uma porcentagem de 78% dos autores como sendo homens, enquanto 22% são mulheres. Considerando que as referências são principalmente textos escritos no século XX, é importante problematizar esses dados comparados com o gráfico anterior analisado (Gráfico 4). Ele último gráfico apresenta um contexto mais recente, tendo os textos sido escritos no século XXI. O que indica uma evolução no quesito gênero é evidente. No entanto, apesar dessa nítida evolução, é importante destacar que a disparidade entre homens e mulheres ainda é significativa, especialmente quando comparado com a representatividade feminina na sociedade em geral.

Além disso, é importante destacar que a representação de mulheres na produção de conhecimento sobre a África e sobre os escravizados é ainda mais crucial, pois a história da África e dos escravizados tem sido historicamente dominada por uma perspectiva dos homens. A falta de representação de mulheres e de vozes africanas na produção de conhecimento sobre a África e sobre os escravizados pode levar a uma visão distorcida da realidade, e é mais evidente na representação a seguir:

Gráfico 10 – Referências bibliográficas



É interessante observar que a quantidade de autores desta lista de origem inglesa, como Robin Law, Joseph Miller, Charles Boxer e Russell-Wood. No entanto, há uma boa representatividade de autores brasileiros, incluindo João José Reis, um dos mais citados na lista. Com relação a John Thornton, o mais citado entre os artigos, é importante destacar sua influência e contribuição para a História da África. Ele é amplamente reconhecido por seus estudos sobre o comércio de escravos e sua relação com o desenvolvimento econômico do continente. Além disso, suas análises sobre as redes comerciais transnacionais e as interações entre África, América e Europa são de grande importância para a compreensão da história da escravidão e da formação da diáspora africana.

No entanto, é importante também destacar a necessidade de diversificação na escolha de autores e fontes, visando uma perspectiva mais equilibrada e abrangente da historiografia. A presença de apenas duas mulheres, Mariza Soares e Sílvia Lara, ambas brasileiras, na lista sugere a falta da valorização de suas contribuições para a área. Além disso, a ausência de autores africanos na lista, é alerta para que se possa promover a inclusão desses autores e de outras nacionalidades, a fim de ampliar a visão sobre a história da África e combater possíveis tendências eurocentristas ou ocidentalistas na construção da historiografia.

Conclusão

Em virtude dos fatos mencionados, a uma análise sobre a historiografia de um distinto assunto, é um bom ponto de partida para a análise dele. Pois dá margem de construir

uma história comparada que possibilite em algum nível problematizar o assunto, nesse contexto, sobre a identidade africana construída pela historiografia. As revistas científicas apresentam um lugar de destaque para a análise, visto que possuem um papel importante no crescimento profissional e difusão de pesquisas de historiadores, nesse cenário, se apresenta como campo de divulgação do conhecimento científico. Dessa forma, perguntas como quem constrói tal identidade, só pôde ser formulada após uma ampla pesquisa pelas revistas, o que as solidifica o objetivo de difusão das revistas.

Trago novamente a pergunta: quem constrói a identidade africana? Confesso que dava quase como certa uma resposta objetiva: o eurocentrismo. Nesse caso, o eurocentrismo de fato insere com a colonização novas formas de relações para todo o mundo, sejam sociais ou econômicas. No entanto, são responsáveis por criar um padrão de entendimento, o padrão da raça, que impõe uma lógica passiva e irracional para o negro africano. A escravidão é entendida como o “fardo do homem branco”, que seria responsável por tutorar a população que não conseguia se administrar. Algo que por si só não só reduz o negro africano a irracional, como o coloca em uma lógica de objeto. Porém, é demonstrado como o ocidentalismo se insere nessas novas visões sobre a escrita da história africana. Seja europeia ou, de forma mais ampla, ocidental, ambas acabam por reduzir o espaço africano na construção de sua própria história. É nesse contexto que esse trabalho se insere, com a tentativa de inserir os negros africanos como sujeitos de sua própria história, e para questionar o porquê de estereótipos inferiores e subalternos que recaem até hoje.

A ideia inicial era escrever sobre África colonial, onde se inicia o contato difundido com a América portuguesa, fora do eixo da escravidão como comércio. Em que os corpos trazidos de África são apenas números em uma tabela quantitativa, e sim povos capazes de criar uma rede e sociabilidade importante para se manterem vivos em um cenário em que eram realmente tidos como objetos. Desse modo, concluo como se manterem vivos era o maior ato de resistência, responsável por permitir que toda uma cultura fosse passada ao longo dos anos, inclusive sendo parte importante do sincretismo diverso que seria conhecido hoje como cultura brasileira.

Com o balanço historiográfico, é possível notar como, ao longo dos anos, há a ampliação de textos acadêmicos sobre África, muito provavelmente difundido a partir da ampliação ao acesso universitário de corpos que começaram a ocupar esses espaços. Eu me incluo nesse número crescente de pensadores que estudam o berço da historiografia, para ter a possibilidade de compreender padrões de escrita responsáveis por ainda estereotipar e diminuir corpos negros, descendentes daqueles que um dia foram reduzidos a simples

números em uma lógica quantitativa. “Precisamos falar de nós mesmos”⁶⁶ é a frase escrita por Beatriz Nascimento⁶⁷, historiadora negra, expoente da nova historiografia brasileira, formulada na década de 1980, que desenvolvi ao longo do artigo, é que justifica o que esse artigo representa. A autora falava sobre como, ao adentrar espaços de poder, socialmente construídos para pessoas negras não estarem lá, precisávamos nos inserir, e não perder a oportunidade de falar sobre como houve um projeto político de apagamento social da participação do povo africano e seus descendentes da construção do Brasil como nação.

Porém, que ao analisar a escrita sobre África, e as identidades africanas, é notável que os argumentos que justificaram o “tráfico de almas”, perduram no imaginário social, responsável por transformar a concepção de África em um bloco homogêneo de corpos, que serviram como mercadoria, e permanecem sem história.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2006.

BEINTHIEN, Rafael Faraco. **Qualis periódicos na área de História: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação institucional (2013-2016)**. *Observatório da História*. Guarulhos, 2018. Disponível em: <<https://histobs.hypotheses.org/614>>

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **Editorial: O tempo das revistas**. Belo Horizonte: *Varia História* vol. 34, n. 65, p. 301-304, mai/ago 2018

FICO, Carlos; WASSERMAN, Claudia; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Expansão e avaliação da área de história: 2010-2016**. *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 267-302 - DOI: 10.15848/hh.v0i28.1393.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁶⁶ RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2013.

⁶⁷ Beatriz Nascimento (1942-1995) foi uma ativista, pesquisadora e escritora afro-brasileira que lutou pela promoção dos direitos e da cultura afro-brasileira. Nascimento se destacou como uma das principais lideranças do Movimento Negro Unificado (MNU), uma organização que lutava pela igualdade racial no Brasil, e foi uma das fundadoras do grupo cultural afro-brasileiro Olodum. Ela também foi uma das principais responsáveis por inserir a temática da diáspora africana no debate político brasileiro.

GLEZER, Raquel. **40 anos da revista brasileira de História: A historiografia em revista, caminhos percorridos.** 239-258. DOI: 10.1590/S0102-01882000000200015. 2021.

HESPANHA, Antônio. **Categorias, História dos Conceitos, História das Ideias, História dos Dogmas Jurídicos.** Porto Alegre: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir /UFRGS. 2018.

MAMDANI, Mahmood. **Entendendo a violência política na África pós-colonial.** In: LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi (Orgs.). O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. Brasília: FUNAG, 2016. p. 383-417.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **África no Brasil: mapa de uma área em expansão.** Rio de Janeiro: Topoi, 2004.

MBEMBE, Achille. A questão da raça. Efabulação e enclausuramento do espírito. In: _____ **A Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MATTOS, Hebe. *História Social.* In: Cardoso, Ciro; VAIFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PEGORARO, Jonas W. 30 anos do período colonial brasileiro na revista *Varia História*: autores/as, temáticas e referenciais. - Inédito.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Selo Negro, 2013.

VARELLA, Flávia Florentino. **Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018).** In: *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 219-265 - DOI: 10.15848/hh.v0i28.1427.

ZEA, Leopoldo. **América como conciencia.** 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, UNAM, 1953. P. 1-117.